

Parecer Econômico-Financeiro

Parecer Técnico sobre o Plano de Viabilidade de Pagamento sobre o Plano de Recuperação Judicial Lei nº14112/20

**Seltec Vigilância Especializada e Seltec
Sistemas de Segurança e Serviços Ltda.**

GESTOR FINANCEIRO RESPONSÁVEL

FÁBIO PACHECO NUNES

CRA/RS-TE 002679/O

**GRADUADO PELA LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES – FADERGS - PORTO
ALEGRE /RS**

**Pós-Graduado (MBA), Estratégias de Negócios, Riscos, Governança e Compliance pela
Laureate International Universities– FADERGS - Porto Alegre/RS**

fabio.pacheco@consultoriapen.com.br

ÍNDICE

Objetivo	3
Histórico Empresa	3
As razões da crise econômica da empresa TRIVIUM	4
Cenário Econômico	11
O Plano de Viabilidade de Pagamento	14
Período de Elaboração	14
Projeção de Faturamento	14
Custos/ Despesas Fixos	14
Custos/ Despesas Variáveis	15
Capital de Giro	15
Proposta de Pagamento aos Credores	15
Classe I – Trabalhista	15
Classe II – Garantias Reais	15

Classe III – Quirografários	15
Classe IV – EPP/ME	16
Viabilidade e Gráficos	16
Composição do Passivo	17
Fluxo de Caixa Econômico/Financeiro	19
Gráficos	21
Parecer Técnico	24
Conclusão	24



CONSULTORIA P&N
— Viabilizando Negócios —

Objetivo

O presente parecer técnico tem por objetivos:

Apresentar o Plano de Viabilidade para Pagamento da empresa Seltec Vigilância Especializada Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 92.653.666/0001-67, com endereço profissional na Rua Zelma Antunes Pereira, nº 86 – Bairro Medianeira, CEP 92.990-000, Eldorado do Sul/RS, e Seltec Sistemas de Segurança e Serviços Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 02.233.896/0001-84, com endereço profissional na Rua Zelma Antunes Pereira, nº 90 – Bairro Medianeira, CEP 92.990-000, Eldorado do Sul/RS a ser apresentado ao Juízo da Recuperação.

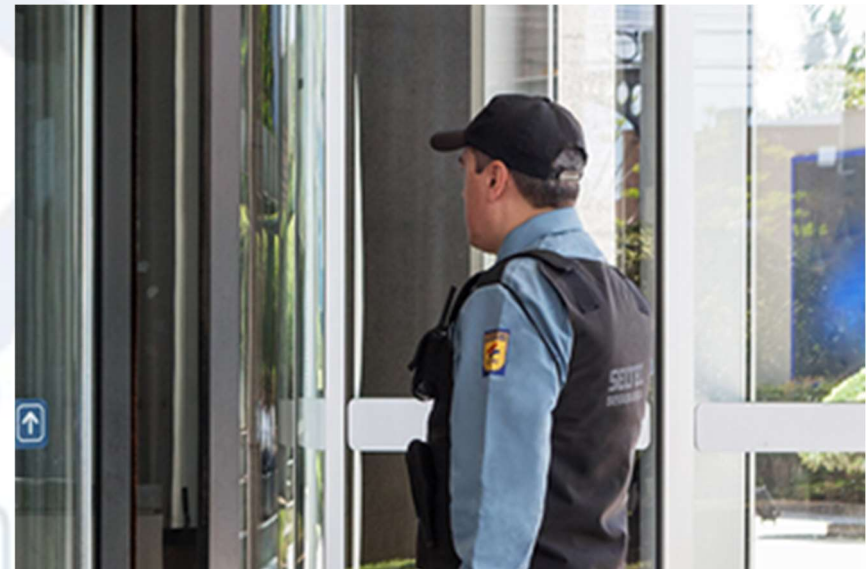
Histórico

A SELTEC iniciou suas atividades em 1974 na área de Recursos Humanos, onde participou ativamente de vários projetos no Rio Grande do Sul, dos quais se destacam o III Pólo Petroquímico e o Shopping Iguatemi Porto Alegre. Em 1988 ampliou as suas atividades e, visando atender uma demanda crescente, expandiu sua atuação para o setor de Segurança Privada. Por buscar constantemente o uso de novas tecnologias, no ano de 1997, foi criada a SELTEC Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda, empresa especializada no comércio, instalação, implantação e monitoramento de Sistemas Eletrônicos de Segurança.

Desde então consideráveis investimentos foram realizados, tanto na qualificação dos nossos profissionais como na formação de parcerias estratégicas, oferecendo a cada cliente soluções que atendam a sua necessidade específica de segurança.

Vídeo dos Serviços Prestados

<https://youtu.be/h4dR7K1wHxI>



As razões da crise econômica do Grupo Seltec

Ocorre que a partir do mês de dezembro de 2022 o GRUPO SELTEC, que já enfrentava período financeiro bastante complicado, passou a sofrer com inúmeras retenções de faturamento por parte dos clientes, inclusive da CORSAN, o que culminou no atraso dos pagamentos da folha salarial e consequente onda de rescisões dos contratos.

Referida situação tem suas raízes na drástica quebra no fluxo de caixa e das consequências geradas pela pandemia da COVID-19.

Como é de conhecimento público, a pandemia gerou, ao menos em uma primeira fase, um momento de grande isolamento social, em razão disso e pela dificuldade de testagem, no primeiro momento, houve um considerável aumento no afastamento de funcionários por atestado médico.

Conforme comprova pesquisa realizada e divulgada jornalisticamente pela rede CNN Brasil¹, *em tempos normais, o custo de um atestado fica em torno de R\$ 414 contra R\$ 846 em meio à pandemia, que se refere a uma ausência de sete dias (cinco dias úteis perdidos mais dois de descanso).*

Referida situação impactou no valor de R\$ 116 bilhões de reais às empresas brasileiras, segundo o levantamento.

O GRUPO SELTEC, no entanto, foi afetado de forma ainda mais significativa, visto que além do aumento dos afastamentos por atestados médicos, o sindicato dos empregados da categoria ingressou com uma ação, solicitando que os funcionários com idade superior a 59 anos e pessoas do grupo de risco fossem afastados dos postos de trabalho, o que foi cumprido por toda a categoria.

Conforme comprova matéria do próprio site do Sindicato², todas empresas do ramo de vigilância foram obrigadas a adotar as seguintes medidas:

Que os trabalhadores do grupo de risco, pessoas acima de 60 anos idade, gestantes, diabéticos, lactantes, asmáticos, com problemas cardíacos e/ou respiratórios tenham licença remunerada, caso não haja atividade compatível para cumprirem jornada em casa.

EPI's, nos postos de trabalho, de imediato, em número suficiente e de forma gratuita, tais como álcool em gel 70%, máscaras faciais de proteção, luvas, entre outros.

¹ [Empresas gastaram R\\$ 116 bi com afastamentos na pandemia, alta de 57%, diz pesquisa \(cnnbrasil.com.br\)](http://cnnbrasil.com.br)

² [JUSTIÇA EXIGE QUE LINCE E MOBRA TAMBÉM CUMPRAM JÁ NORMAS DE SEGURANÇA PARA O COVID-19 | SindiVigilantes do Sul.](#)

Um programa de orientação sobre as medidas preventivas contra o Covid-19 para divulgar a todos os seus empregados;

Implementar o rodízio de trabalhadores e, não havendo local/posto para encaminhar o trabalhador, conceder aos mesmos dispensas remuneradas

Garantir ambiente de trabalho, incluindo os alojamentos e vestiário, arejado e higienizado, tanto em suas dependências como nas contratantes.

Garantir e fiscalizar que cada trabalhador mantenha, no mínimo, um metro e meio de distância entre si.

Não exigir que seus empregados façam qualquer tipo de controle de temperatura das pessoas que ingressarem em suas dependências ou nas dependências das contratantes.

Muito embora salutares as medidas de prevenção, ainda mais naquele momento que não existiam as informações que hoje se têm, a verdade é que o aumento dos atestados médicos somado à impossibilidade de trabalho presencial por membros do grupo de risco impactou o GRUPO SELTEC, já que os funcionários reservas não foram suficientes para cobrir as ausências, sendo necessário cobrir os postos de trabalho com horas extras.

Ao passo em que o GRUPO SELTEC sofria com o afastamento de muitos de seus colaboradores, este afastamento não podia refletir na prestação de serviços, já que a ausência dos profissionais nos postos dos clientes geraria a incidência de multas contratuais ou até mesmo a rescisão dos contratos vigentes.

No caso, as ausências dos titulares dos postos de trabalho - supridas por funcionários em regime de hora extra - aumentou o custo dos serviços na ordem 150%.

Percebendo o comprometimento da lucratividade do negócio, o GRUPO SELTEC buscou repassar os custos adicionais aos clientes. No entanto, não se obteve êxito nas referidas tratativas, de modo que o GRUPO SELTEC absorveu todo o prejuízo decorrente dos afastamentos.

Outro ponto que merece destaque nos motivos da crise, é que, por se tratar de prestação de serviços, o custo fixo das empresas é eminentemente composto pela folha salarial, a qual obedece ao índice de reajustamento definido pela Convenção Coletiva de Trabalho – CCT. Entretanto, os órgãos públicos demoram de 4 a 8 meses para analisar

as planilhas de reajuste e efetivamente readequar os contratos, com o pagamento efetivo às empresas do GRUPO SELTEC.

De outro lado, o impacto do reajuste dos salários é imediato para a empregadora.

Ainda, em 2021 as negociações da CCT (Convenção Coletiva De Trabalho 2021/2023) foram longas e se estenderam até o mês de outubro, de modo que ficou acordado um aumento de 6,01 % retroativo a 1º de fevereiro de 2021 e 10,92% a partir de 1º de fevereiro de 2022, este segundo estabelecido através do 2º Termo Aditivo em relação à Convenção supramencionada).

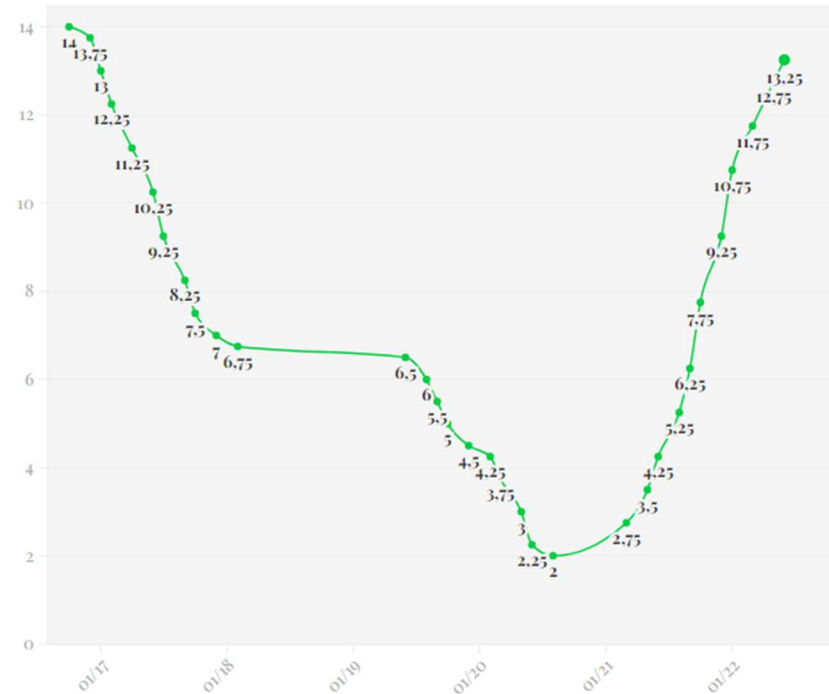
Dessa forma, a partir de fevereiro de 2022 ocorreu um aumento de 17,69% na folha de pagamento, sem a devida contrapartida no reajuste dos preços contratuais.

A grande maioria dos reajustes de preços dos contratos foram pagas apenas em setembro de 2022, sendo que até a presente data as empresas têm valores a receber referente às duas CCTs referenciadas.

Para arcar com o excessivo aumento no custo dos serviços durante a pandemia, a qual somou-se a demora dos clientes em repassar os reajustes de 2021 e 2022 para os contratos, o GRUPO SELTEC se viu obrigado a aumentar seu endividamento bancário.

Referido aumento do endividamento veio acompanhado, por consequência lógica, do aumento do comprometimento mensal da empresa com os juros da dívida, justamente em um período que as taxas de juros sofreram grande elevação.

■ Evolução da taxa Selic no Brasil, em %



Observe-se que, justamente no ano de 2022, quando a empresa sofria com todos os fatores já narrados, a taxa Selic alcançou patamares não vistos desde 2017, elevando as taxas de juros praticadas no mercado e tornando muito caro às empresas a obtenção de crédito.

Não bastasse o aumento do preço da dívida, em 2022 o GRUPO SELTEC ainda experimentou o encerramento de dois grandes contratos e uma redução significativa no seu maior contrato.

Os contratos com a Caixa Econômica Federal e com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – somados alcançavam a monta de R\$ 1.710.000,00 mensais - foram encerrados, bem como a CORSAN representou uma redução de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) no faturamento mensal.

Diante de todos estes fatores, em meados de 2022 a empresa começou a atrasar o pagamento dos juros bancários e dos parcelamentos tributários. Nesse momento, era imprescindível dar prioridade aos pagamentos dos salários, benefícios e encargos sociais, que, além de representarem condição essencial para o negócio, representam a fonte de sustento para inúmeras famílias.

Com isso, o grupo deixou de ter certidão negativa de débitos federais, o que comprometeu a participação em licitações e a renovação de contratos vigentes com órgãos públicos.

A situação veio acompanhada também da falta de crédito do GRUPO SELTEC perante as instituições financeiras, o que acarretou a impossibilidade de arcar com alguns benefícios dos trabalhadores.

A soma de todos os elementos acima foi criando um cenário complicado para o GRUPO SELTEC, que se esforçava para honrar com suas obrigações básicas. No entanto, no dia 07.12.22 a CORSAN deixou de realizar, sem prévio aviso e sem nenhuma ordem judicial, um pagamento de R\$ 2.800.000,00, referente a serviços devidamente prestados.

A falta de pagamento acarretou o inadimplemento da folha salarial, que, por sua vez, gerou o ajuizamento de ações coletivas por parte dos Sindicatos da categoria, culminando no bloqueio judicial dos recebíveis do GRUPO SELTEC.

Ou seja, não suficiente a severa crise enfrentada, o GRUPO SELTEC teve seus recebíveis bloqueados.

Além dos bloqueios judiciais, que a seguir serão mais bem explorados, muitos clientes passaram a, por conta própria, reter os pagamentos dos valores devidos ao GRUPO SELTEC, sob a premissa da falta de apresentação de documentos.

Referidos valores, decorrentes de serviços efetivamente prestados pelo GRUPO SELTEC, passaram a ser retidos pelos clientes, o que gerou uma situação de calamidade na empresa, tendo em vista a total falta de caixa para cumprimento das obrigações.

Quer dizer, se já havia inúmeros fatores que estavam dificultando a situação do GRUPO SELTEC quando ainda estava recebendo plenamente pelos serviços prestados, agora a empresa presta os serviços e não recebe os pagamentos.

Consequência disso foi uma onda de rescisões por parte dos clientes do GRUPO SELTEC, o que culminou na queda abrupta de faturamento da empresa, que hoje precisa voltar a faturar para viabilizar o pagamento dos credores.

O comprometimento dos recebíveis somado à rescisão dos contratos com clientes torna o ajuizamento da presente Recuperação Judicial inevitável, pois, caso não seja determinado que os clientes liberem os valores referentes a serviços já prestados pelo GRUPO SELTEC, bem como seja dispensado o GRUPO SELTEC da apresentação de certidões negativas para o desenvolvimento de suas atividades, não irá se viabilizar a efetiva recuperação do grupo empresarial.

Muito embora todo o narrado, o GRUPO SELTEC tem plenas condições de se recuperar e ultrapassar esse momento de crise, sendo que já vem adotando medidas com o viés de superar os problemas narrados.

Como se vê da narrativa acima, os problemas se originam de questões extraordinárias que assolaram a empresa, não representando um cenário em que a empresa seja sistematicamente fadada ao insucesso empresarial. Pelo contrário, a empresa apresentou nos últimos anos elevado faturamento e reúne todas as condições para desenvolver uma atividade rentável e lucrativa.

CONSULTORIA P.N.
— Viabilizando Negócios —

Cenário Econômico

Conforme a redação do Mycapital o cenário para a economia em 2023 já se delinea com estimativas sobre as políticas fiscal e monetária, e seus reflexos sobre os investimentos.

Para quem investe na Bolsa, é sempre bom acompanhar a conjuntura econômica e a visão do mercado financeiro para ter parâmetros de decisão sobre as aplicações.

Mas o que os especialistas têm notado e quais são as expectativas? Alguns dos temas que têm tido destaque nas últimas notícias de economia são os referentes à inflação e a desaceleração este ano, no Brasil e no mundo.

Para entender melhor essas questões, neste artigo vamos falar sobre o atual cenário.

Desaceleração da economia em 2023

A previsão para 2023 é que haja desaceleração da economia em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Este é um dado que causa preocupação às empresas e aos investidores, principalmente se considerarmos que o surgimento das vacinas contra a Covid-19 levou a uma perspectiva de recuperação econômica.

Porém, pelo menos desde a nova onda do vírus na China no fim do ano passado, os países entraram em alerta.

De acordo com o Banco Mundial, a economia global deverá crescer 1,7% este ano. No caso de países desenvolvidos, o crescimento tenderá a ser 95% menor, enquanto nos países em desenvolvimento a queda será de 70%.

O crescimento da renda per capita de países em desenvolvimento está projetado para 2,8%.

Nesse sentido, o relatório Perspectivas Econômicas Globais do Banco Mundial aponta que o cenário para a economia em 2023 é desfavorável e se deve ao retorno da Covid-19.

No caso do Brasil, especialistas estimam que em 2023 a economia vai ter uma desaceleração maior que a média global, com crescimento de 0,5% do PIB.

Já segundo as Nações Unidas, o crescimento do Brasil ficará em torno de 0,8% este ano. Os motivos são a alta dos juros e o ritmo mais lento das exportações. Em 2022, o PIB brasileiro cresceu 3%.

Política monetária

A previsão do Banco Central para 2023 é a de que a inflação não alcance a meta. Mas qual é o valor a ser alcançado? O Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou a meta de 3,25%.

Considera-se que a meta é cumprida quando oscila entre 1,75% e 4,75%.

Dados de janeiro deste ano do mercado financeiro, divulgados no relatório Focus, preveem que a inflação deverá ser de 5,48%. Ou seja, acima do previsto pelo CMN.

A estimativa de aumento da inflação, em relação à de dezembro do ano passado, que era de 5%, aconteceu quando o presidente eleito declarou que a meta de inflação poderá atrapalhar o crescimento do país.

Inflação alta nem sempre é uma boa notícia para investidores em renda variável, pois os rendimentos podem ser menores que os das taxas de inflação.

De acordo com a Forbes, apenas os investimentos em renda fixa foram superiores à inflação em 2022.

Além disso, sempre que acontece aumento da inflação, os principais impactados são os consumidores de baixa renda, pois o poder de compra é corroído.

Ou seja, além de atrapalhar os investimentos, a inflação tem custos sociais.

Com isso, os gastos do consumidor de baixa renda tendem a se concentrar em itens de subsistência, em setores como alimentação e aluguel, por exemplo.

Política fiscal

Ainda sobre o cenário para a economia em 2023, existem alguns desafios com o novo governo do presidente Lula, o que inclui a política fiscal.

Entre esses desafios, estão a reforma tributária, o controle do déficit das contas públicas e o crescimento econômico. E, além disso, reduzir a inflação se torna uma necessidade.

Estima-se, no entanto, que a política será expansionista, o que pode levar ao aumento da dívida pública e à própria percepção dos riscos de investir no país.

Com isso, surge a necessidade de aumentar impostos para arcar com as despesas. Afinal, governos de esquerda costumam tentar resolver problemas fiscais com aumento de tributos.

Inclusive, o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já anunciou em janeiro que haverá aumento da arrecadação.

O intuito é que o déficit primário de R\$ 231,5 bilhões previsto para 2023 se torne um superávit de R\$ 11,13 bilhões.

Bolsa de valores

Quando há uma mudança de governo, é normal haver especulações. Vale lembrar que as variações no Ibovespa acontecem de acordo com as percepções do mercado financeiro, ou seja, dos investidores, em relação à economia. A opinião de especialistas quanto aos investimentos no Ibovespa é de cautela para este ano ao se avaliar a conjuntura internacional.

Existe a possibilidade de recessão na Europa e talvez até mesmo nos EUA. Esse contexto poderá ter reflexos no Brasil e no cenário para a economia em 2023.

No caso do Ibovespa, o preço justo deverá alcançar 125 mil pontos, devido à alta dos juros. Quando há aumento de juros, o valor justo da Bolsa tende a cair.

Porém, ao se avaliar os indicadores de preço em relação aos lucros, eles estão nos menores valores desde 2008, o que torna a Bolsa atrativa.

E apesar do cenário de cautela, investir na renda variável é bom negócio, em especial no caso de ações de empresas com bons fundamentos econômicos e que têm fluxo de caixa positivo.

Inclusive, recomendamos que você leia sobre as dicas de investimento de Warren Buffet.

Commodities

Quanto às commodities, a abertura do mercado chinês poderá ser favorável ao Brasil, por exemplo no caso do minério de ferro.

Muitas empresas brasileiras atuam nas commodities, inclusive o ferro e o aço, como é o caso da Petrobras e da Vale. Conseqüentemente, a alta do preço dessas matérias-primas tende a beneficiar o setor.

Porém, não significa necessariamente que haverá ganhos maiores que no ano passado, quando houve alcance de patamares altos.

Pode ser que os preços melhorem no decorrer de 2023, o que terá impacto positivo no Ibovespa.

Sobre o petróleo, os preços dos barris estão em valores maiores em comparação ao período anterior à pandemia.

Já para commodities agrícolas, há boas expectativas para 2023, uma vez que a safra de grãos alcançou recordes no ano passado.

O Plano de Viabilidade de Pagamento

O Plano tem o objetivo de permitir ao Grupo Seltec a retomada do seu equilíbrio financeiro e a estagnação da crise econômico-financeira para atender aos interesses dos credores, manutenção dos postos de trabalho (diretos e indiretos), pagamento de impostos e estabelecer fontes de riqueza com um cronograma de pagamentos viável.

É inegável que a manutenção de suas atividades é uma medida mais vantajosa para os credores do que sua liquidação.

Período de Elaboração

O presente Laudo foi elaborado contemplando um horizonte temporal de 11 (onze), anos, sendo o ano 1, correspondente aos primeiros 12 meses contados a partir da decisão de deferimento do Plano de Recuperação Judicial.

Projeção de Faturamento

Nesta projeção o critério utilizado foram as perspectivas econômicas, setoriais e os dados fornecidos pelo Grupo Seltec, tendo em vista a reestruturação proposta por seus administradores no exercício atual.

Custos/ Despesas Fixos

- Remuneração do Pessoal Administrativo;
- Serviços de Terceiros;

- Material de Expediente;
- Propaganda e Publicidade;
- Aluguéis;
- Despesas com Consumos (Água, Telefone, Internet etc.);
- Arrendamentos;
- Outras Despesas Administrativas.

Custos/ Despesas Variáveis

- Custo dos Serviços Vendidos;
- Insumos;
- Gastos Gerais de Operação;
- Comissões e Fretes, entre outras.

Capital de Giro

O capital de giro é composto pelos recursos (dinheiro, crédito, estoques etc.) que são necessários para bancar a liquidez, isto é, possibilitar que a empresa continue funcionando.

Proposta de Pagamento aos Credores

Classe I – Trabalhista

Os credores trabalhistas, quais sejam, aqueles que se enquadram na classe prevista no inciso I do art. 41 da LRF, titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, serão pagos conforme indicado no Plano de Recuperação Judicial (PRJ).



CONSULTORIA P&N
— Viabilizando Negócios —

- Credores com valor até R\$ 5.000,00 não sofrerão deságio e receberão seus créditos em até 12 meses com início após a homologação do Plano de Recuperação Judicial
- Credores com valores entre R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000,00 sofrerão deságio de 30% e acréscimo de R\$ 1.500,00 no valor total, sendo pagos em até 12 meses com início após a homologação do Plano de Recuperação Judicial
- Credores com valores entre R\$ 10.000,01 até R\$ 15.000,00 sofrerão deságio de 50% e acréscimo de R\$ 3.500,00 no valor total, sendo pagos em até 24 meses com início vinculado a liberação do valor de ação da Caixa Econômica Federal conforme Plano de Recuperação Judicial
- Credores com valores entre R\$ 15.000,01 até R\$ 20.000,00 sofrerão deságio de 70% e acréscimo de R\$ 6.500,00 no valor total, sendo pagos em até 24 meses com início vinculado a liberação do valor de ação da Caixa Econômica Federal conforme Plano de Recuperação Judicial
- Credores com valor acima de R\$ 20.000,01 sofrerão deságio de 80% e acréscimo de R\$ 8.500,00 no valor total, sendo pagos em até 24 meses com início vinculado a liberação do valor de ação da Caixa Econômica Federal conforme Plano de Recuperação Judicial

Classe II – Garantias Reais

- O grupo não possui esta classe

Classe III – Quirografários

O pagamento dos credores que se enquadram na classe prevista ocorrerá da seguinte forma:

- Deságio de 70%.
- 24 meses de carência após a homologação ou liberação do valor de ação da Caixa Econômica Federal
- Pagamento em 10 anos
- Correção será a taxa Selic + TR mensal.

Classe IV – EPP/ME

O pagamento dos credores que se enquadram na classe prevista ocorrerá da seguinte forma:

- Deságio de 50%.
- Pagamento á vista 30 dias após a homologação do Plano de Recuperação Judicial

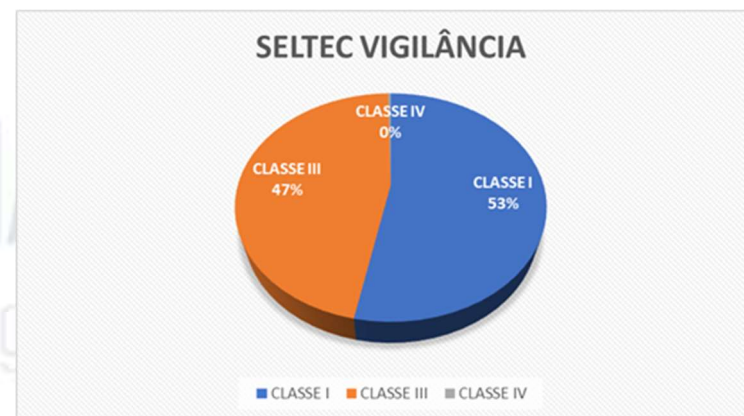
Viabilidade e Gráficos

Composição do Passivo

Para efeito de amortização do Plano de Recuperação Judicial, o passivo do Grupo Seltec, é dividido, em termos nominais e percentuais, conforme ilustrado pelo gráfico abaixo:

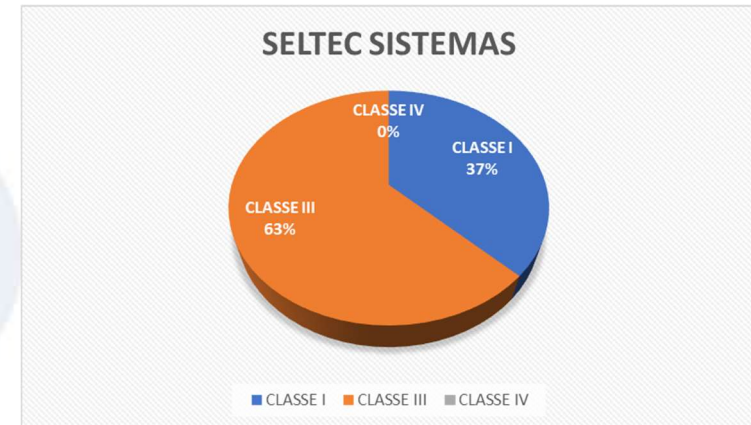


VIGILÂNCIA	VALOR	%
CLASSE I	R\$ 15.389.091,91	53,12%
CLASSE III	R\$ 13.480.242,50	46,53%
CLASSE IV	R\$ 99.590,21	0,34%
TOTAL	R\$ 28.968.924,62	100,00%






SISTEMAS	VALOR	%
CLASSE I	R\$ 1.717.097,61	37,28%
CLASSE III	R\$ 2.888.796,76	62,72%
CLASSE IV	R\$ 200,00	0,00%
TOTAL	R\$ 4.606.094,37	100,00%



CONSULTORIA P&N
— Viabilizando Negócios —

Fluxo de Caixa Econômico/Financeiro

												
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
1. INVESTIMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2. RECEITAS	R\$ 3.000.000,00	R\$ 32.400.000,00	R\$ 41.435.000,00	R\$ 33.500.000,00	R\$ 34.000.000,00	R\$ 36.000.000,00	R\$ 36.000.000,00	R\$ 36.000.000,00	R\$ 37.000.000,00	R\$ 37.000.000,00	R\$ 37.000.000,00	R\$ 40.000.000,00
Faturamento bloqueado	R\$ 3.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Faturamento Vigilância	R\$ -	R\$ 16.000.000,00	R\$ 19.635.000,00	R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.000.000,00	R\$ 21.000.000,00	R\$ 21.000.000,00	R\$ 21.000.000,00	R\$ 22.000.000,00	R\$ 22.000.000,00	R\$ 22.000.000,00	R\$ 25.000.000,00
Faturamento Sistemas	R\$ -	R\$ 11.400.000,00	R\$ 12.800.000,00	R\$ 13.500.000,00	R\$ 14.000.000,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.000.000,00
Ação CEF	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3. GASTOS	R\$ 2.550.000,00	R\$ 27.109.114,47	R\$ 35.509.661,53	R\$ 29.575.253,46	R\$ 29.625.253,46	R\$ 31.944.059,14	R\$ 32.283.469,47	R\$ 32.283.469,47	R\$ 33.128.469,47	R\$ 34.539.299,13	R\$ 34.539.299,13	R\$ 36.799.299,13
Variáveis	R\$ 1.575.000,00	R\$ 18.781.114,47	R\$ 24.921.336,53	R\$ 19.692.753,46	R\$ 19.705.253,46	R\$ 21.324.059,14	R\$ 21.663.469,47	R\$ 21.663.469,47	R\$ 22.213.469,47	R\$ 23.624.299,13	R\$ 23.624.299,13	R\$ 24.999.299,13
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ 1.515.000,00	R\$ 14.337.000,00	R\$ 14.346.000,00	R\$ 17.587.500,00	R\$ 17.587.500,00	R\$ 18.900.000,00	R\$ 18.900.000,00	R\$ 18.900.000,00	R\$ 19.425.000,00	R\$ 19.425.000,00	R\$ 19.425.000,00	R\$ 20.800.000,00
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 60.000,00	R\$ 810.000,00	R\$ 1.035.875,00	R\$ 837.500,00	R\$ 850.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 925.000,00	R\$ 925.000,00	R\$ 925.000,00	R\$ 925.000,00
Impostos	R\$ -	R\$ 480.422,27	R\$ 480.422,27	R\$ 776.682,27	R\$ 776.682,27	R\$ 1.032.987,95	R\$ 1.372.398,28	R\$ 1.372.398,28	R\$ 1.372.398,28	R\$ 2.783.227,94	R\$ 2.783.227,94	R\$ 2.783.227,94
Classe I - Sistemas	R\$ -	R\$ 983.268,22	R\$ 450.969,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Classe I - Vigilância	R\$ -	R\$ 2.120.428,87	R\$ 8.116.998,87	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Classe III - Sistemas	R\$ -	R\$ -	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91	R\$ 86.663,91
Classe III - Vigilância	R\$ -	R\$ -	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28	R\$ 404.407,28
Classe IV - Sistemas	R\$ -	R\$ 200,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Classe IV - Vigilância	R\$ -	R\$ 49.795,11	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fixos	R\$ 975.000,00	R\$ 8.328.000,00	R\$ 10.588.325,00	R\$ 9.882.500,00	R\$ 9.920.000,00	R\$ 10.620.000,00	R\$ 10.620.000,00	R\$ 10.620.000,00	R\$ 10.915.000,00	R\$ 10.915.000,00	R\$ 10.915.000,00	R\$ 11.800.000,00
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	R\$ 225.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.472.625,00	R\$ 2.512.500,00	R\$ 2.550.000,00	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.775.000,00	R\$ 2.775.000,00	R\$ 2.775.000,00	R\$ 3.000.000,00
MÃO DE OBRA DIRETA	R\$ 750.000,00	R\$ 7.128.000,00	R\$ 9.115.700,00	R\$ 7.370.000,00	R\$ 7.370.000,00	R\$ 7.920.000,00	R\$ 7.920.000,00	R\$ 7.920.000,00	R\$ 8.140.000,00	R\$ 8.140.000,00	R\$ 8.140.000,00	R\$ 8.800.000,00
FLUXO DE CAIXA	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
(=) Receita Bruta	R\$ 3.000.000,00	R\$ 32.400.000,00	R\$ 41.435.000,00	R\$ 33.500.000,00	R\$ 34.000.000,00	R\$ 36.000.000,00	R\$ 36.000.000,00	R\$ 36.000.000,00	R\$ 37.000.000,00	R\$ 37.000.000,00	R\$ 37.000.000,00	R\$ 40.000.000,00
(-) Custos Variáveis	R\$ 1.575.000,00	R\$ 18.781.114,47	R\$ 24.921.336,53	R\$ 19.692.753,46	R\$ 19.705.253,46	R\$ 21.324.059,14	R\$ 21.663.469,47	R\$ 21.663.469,47	R\$ 22.213.469,47	R\$ 23.624.299,13	R\$ 23.624.299,13	R\$ 24.999.299,13
(=) Margem de Contribuição Total	R\$ 1.425.000,00	R\$ 13.618.885,53	R\$ 16.513.663,47	R\$ 13.807.246,54	R\$ 14.294.746,54	R\$ 14.675.940,86	R\$ 14.336.530,53	R\$ 14.336.530,53	R\$ 14.786.530,53	R\$ 13.375.700,87	R\$ 13.375.700,87	R\$ 15.000.700,87
(-) Custos Fixos	R\$ 975.000,00	R\$ 8.328.000,00	R\$ 10.588.325,00	R\$ 9.882.500,00	R\$ 9.920.000,00	R\$ 10.620.000,00	R\$ 10.620.000,00	R\$ 10.620.000,00	R\$ 10.915.000,00	R\$ 10.915.000,00	R\$ 10.915.000,00	R\$ 11.800.000,00
(=) EBITDA	R\$ 450.000,00	R\$ 5.290.885,53	R\$ 5.925.338,47	R\$ 3.924.746,54	R\$ 4.374.746,54	R\$ 4.055.940,86	R\$ 3.716.530,53	R\$ 3.716.530,53	R\$ 3.871.530,53	R\$ 2.460.700,87	R\$ 2.460.700,87	R\$ 3.200.700,87
(-) Depreciação*	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) LAIR	R\$ 450.000,00	R\$ 5.290.885,53	R\$ 5.925.338,47	R\$ 3.924.746,54	R\$ 4.374.746,54	R\$ 4.055.940,86	R\$ 3.716.530,53	R\$ 3.716.530,53	R\$ 3.871.530,53	R\$ 2.460.700,87	R\$ 2.460.700,87	R\$ 3.200.700,87
(-) Impostos	R\$ 285.000,00	R\$ 2.090.000,00	R\$ 3.936.325,00	R\$ 3.182.500,00	R\$ 3.230.000,00	R\$ 3.420.000,00	R\$ 3.420.000,00	R\$ 3.420.000,00	R\$ 3.515.000,00	R\$ 3.515.000,00	R\$ 3.515.000,00	R\$ 3.800.000,00
(=) Lucro Bruto	R\$ 165.000,00	R\$ 3.200.885,53	R\$ 1.989.013,47	R\$ 742.246,54	R\$ 1.144.746,54	R\$ 635.940,86	R\$ 296.530,53	R\$ 296.530,53	R\$ 356.530,53	R\$ (1.054.299,13)	R\$ (1.054.299,13)	R\$ (599.299,13)
(-) Investimentos Brutos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Lucro Livre	R\$ 165.000,00	R\$ 3.200.885,53	R\$ 1.989.013,47	R\$ 742.246,54	R\$ 1.144.746,54	R\$ 635.940,86	R\$ 296.530,53	R\$ 296.530,53	R\$ 356.530,53	R\$ (1.054.299,13)	R\$ (1.054.299,13)	R\$ (599.299,13)
(=) Lucro Livre e Acumulado	R\$ 165.000,00	R\$ 3.365.885,53	R\$ 5.354.899,00	R\$ 6.097.145,54	R\$ 7.241.892,08	R\$ 7.877.832,94	R\$ 8.174.363,47	R\$ 8.470.894,00	R\$ 8.827.424,53	R\$ 7.773.125,40	R\$ 6.718.826,27	R\$ 6.119.527,14

Fluxo de Caixa Econômico	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
(=) Receitas	R\$3.000.000,00	R\$32.400.000,00	R\$41.435.000,00	R\$33.500.000,00	R\$34.000.000,00	R\$36.000.000,00	R\$36.000.000,00	R\$36.000.000,00	R\$37.000.000,00	R\$37.000.000,00	R\$37.000.000,00	R\$40.000.000,00
(-) Custos Variáveis	R\$1.575.000,00	R\$18.781.114,47	R\$24.921.336,53	R\$19.692.753,46	R\$19.705.253,46	R\$21.324.059,14	R\$21.663.469,47	R\$21.663.469,47	R\$22.213.469,47	R\$23.624.299,13	R\$23.624.299,13	R\$24.999.299,13
(=) Margem de Contribuição	R\$1.425.000,00	R\$13.618.885,53	R\$16.513.663,47	R\$13.807.246,54	R\$14.294.746,54	R\$14.675.940,86	R\$14.336.530,53	R\$14.336.530,53	R\$14.786.530,53	R\$13.375.700,87	R\$13.375.700,87	R\$15.000.700,87
(-) Custos Fixos	R\$975.000,00	R\$8.328.000,00	R\$10.588.325,00	R\$9.882.500,00	R\$9.920.000,00	R\$10.620.000,00	R\$10.620.000,00	R\$10.620.000,00	R\$10.915.000,00	R\$10.915.000,00	R\$10.915.000,00	R\$11.800.000,00
(=) EBITDA	R\$450.000,00	R\$5.290.885,53	R\$5.925.338,47	R\$3.924.746,54	R\$4.374.746,54	R\$4.055.940,86	R\$3.716.530,53	R\$3.716.530,53	R\$3.871.530,53	R\$2.460.700,87	R\$2.460.700,87	R\$3.200.700,87
Lucro ou Prejuízo Livre	R\$165.000,00	R\$3.200.885,53	R\$1.989.013,47	R\$742.246,54	R\$1.144.746,54	R\$635.940,86	R\$296.530,53	R\$296.530,53	R\$356.530,53	-R\$1.054.299,13	-R\$1.054.299,13	-R\$599.299,13
Lucro ou Prejuízo Acumulado	R\$165.000,00	R\$3.365.885,53	R\$5.354.899,00	R\$6.097.145,54	R\$7.241.892,08	R\$7.877.832,94	R\$8.174.363,47	R\$8.470.894,00	R\$8.827.424,53	R\$7.773.125,40	R\$6.718.826,27	R\$6.119.527,14

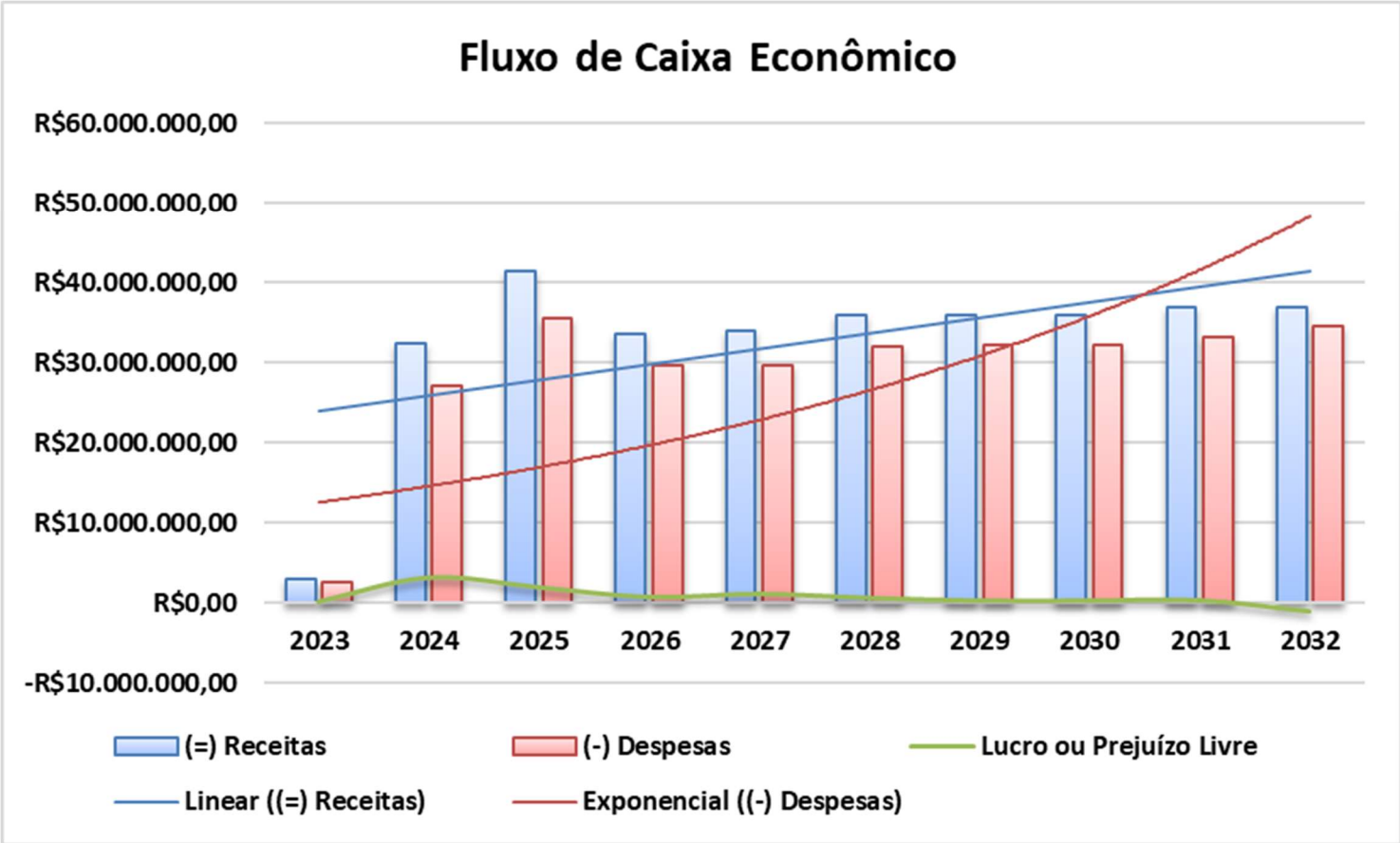
Podemos observar no Fluxo Econômico que a empresa mantém um lucro acumulado durante o período de pagamento que lastreia a operação ou plano apresentado, e que ao final do período apurado acumula um valor de R\$ 6.119.527,14, podendo assim possibilitar a antecipação de pagamento aos credores arrolados no Plano de Recuperação.

Neste fluxo as projeções de pagamentos anuais dos credores contemplam os credores passíveis do Plano de Recuperação e os não passíveis a Recuperação Judicial, sendo ela conservadora e viável.

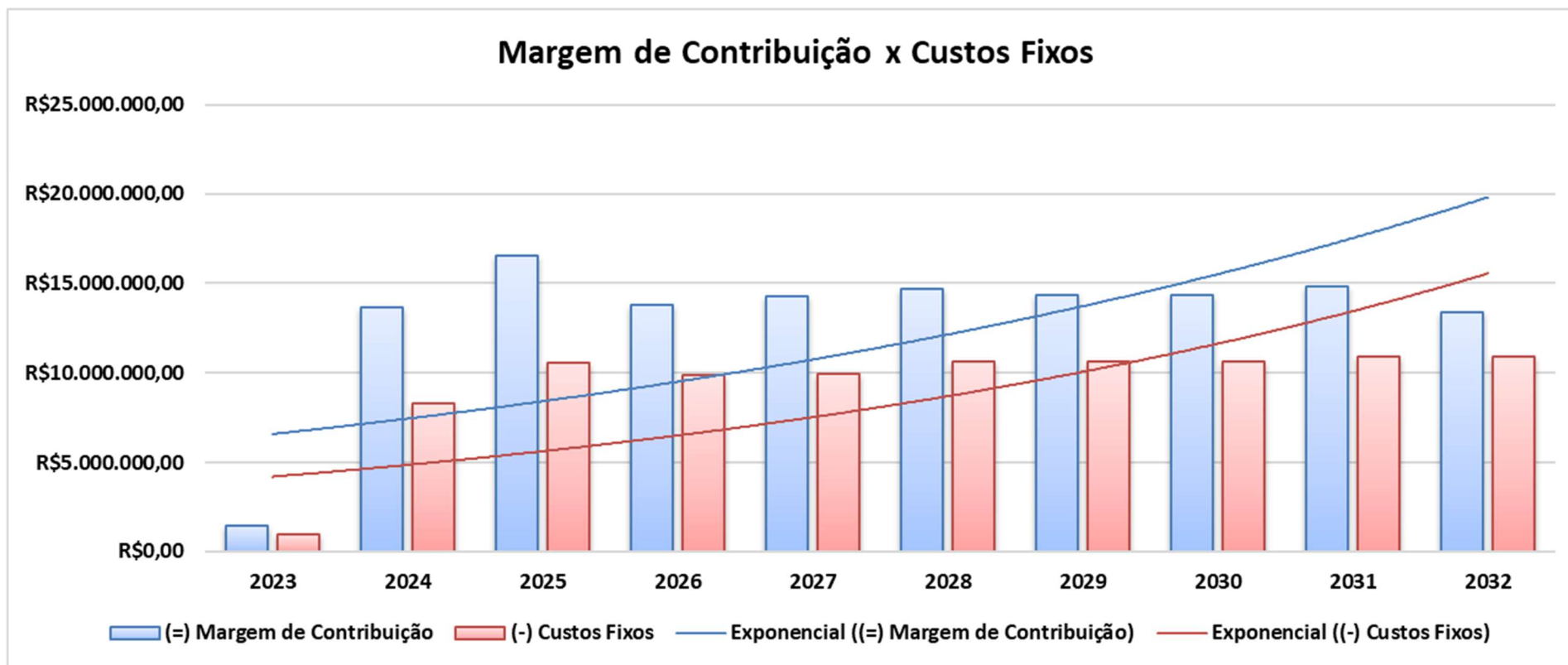
Os Custos Variáveis se mantêm com um percentual médio de 60,44% sobre o faturamento, já inclusos os créditos das classes que serão apresentadas no Plano de Pagamentos.

Os Custos Fixos possuem um percentual médio de 28,78% que somados aos 60,44% dos custos variáveis, totalizam 89,22 % de custos/despesas sobre o faturamento, gerando assim um poder de Geração de Caixa ou EBITDA médio de 10,78%.

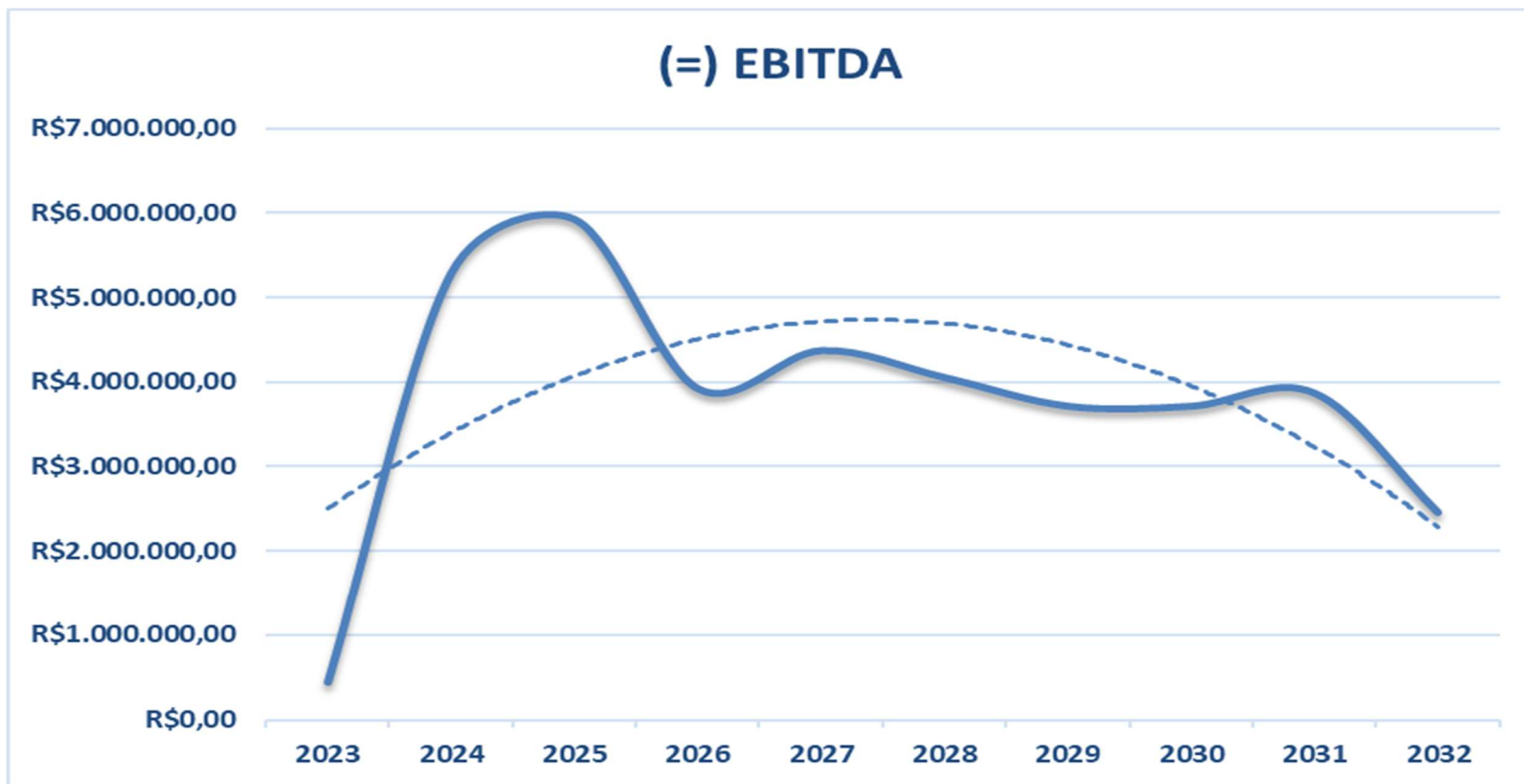
Gráficos



Neste gráfico podemos observar que o fluxo de pagamentos se mantém menor que as receitas, gerando lucro no período apurado e lastreando o Plano de Viabilidade de Pagamentos.



Nesta demonstração podemos observar que a margem de contribuição (39,56% sobre o faturamento), frente aos custos fixos (28,78% sobre o faturamento) viabiliza a operação, pois para o valor de margem de contribuição se realiza o seguinte cálculo: Faturamento - Custos Variáveis = Margem de Contribuição



Aqui podemos observar que o EBITDA (Poder de geração de caixa) da empresa se encontra positivo no período apurado, com um percentual de 10,77% sobre o faturamento.

Parecer Técnico

Desta maneira, após análise das informações apresentadas, juntamente com as medidas que serão adotadas pelo Plano de Pagamento, podemos afirmar que:

- a) As projeções dos demonstrativos financeiros refletem as futuras atividades da empresa e que foram realizadas dentro de um padrão “conservador”, consistente e factível.
- b) Adoção das medidas de gestão e governança corporativa, visando dar continuidade à empresa.
- c) As receitas brutas, custos e despesas operacionais projetados permitem a obtenção de fluxos de caixas positivos, em níveis suficientes para poder cumprir com o cronograma de pagamentos aos credores. E podemos afirmar que o Plano de Viabilidade de Pagamento a ser apresentado ao Juízo de Recuperação é viável economicamente e atende aos interesses de todos credores e sócios do Grupo Seltec, pois permitirá equacionar o pagamento de todas as suas dívidas.

Conclusão

Para efeito de elaboração e análise do Plano Financeiro foram observadas todas as informações apresentadas no Plano de Viabilidade de Pagamento, e concluímos que:

Analisando as premissas apresentadas para as projeções dos pagamentos dos credores fica constatado que são realizáveis dentro das perspectivas de mercado que a empresa atua, e de acordo com suas perspectivas de crescimento.

Apresenta possibilidade de normalização de suas atividades e efetivo pagamento de seus credores.

Demonstra possibilidade de honrar com os compromissos no prazo apresentado no Plano de Pagamento.

Possui valor a receber de contratos realizados e a realizar que lastreiam o plano apresentado.

Desta forma o Plano Financeiro apresentado apresenta viabilidade econômico-financeira.

Porto Alegre 26 de maio de 2023

Fábio Pacheco Nunes
Gestor Financeiro
CRA/RS – TE 002679/O



CONSULTORIA P&N
— Viabilizando Negócios —